

Ouçamos os pobres

Sociologia

Enviado por:

Postado em:03/12/2007

Às vezes das pastorais e movimentos sociais o governo fez ouvido mouco. E sua intenção agora é desacreditar uma voz que emerge do meio do povo indígena e ribeirinho, dando a entender que somente ele fala pelo povo. Saiba mais...

Dom Cappio é um profeta. Sua atitude de retomar a greve de fome veio após dois anos de infrutíferas negociações para impedir que a transposição do rio São Francisco fosse levada a termo. As obras não somente não foram interrompidas, mas também as negociações ficaram à margem da opinião pública. Às vezes das pastorais e movimentos sociais o governo fez ouvido mouco. E sua intenção agora é desacreditar uma voz que emerge do meio do povo indígena e ribeirinho, dando a entender que somente ele fala pelo povo. O governo teima em avançar na proposta desta construção faraônica. A população indígena e ribeirinha organizada através das pastorais e movimentos sociais desejam um projeto que venha a solucionar o problema do semi-árido, sem, contudo, criar o impacto ambiental já previsto. Para isto insistem no diálogo e num projeto alternativo. Fica claro que o atendimento às necessidades dos pobres do semi-árido pode servir de bode expiatório para as ações do governo, ocultando os reais interesses das grandes empreiteiras e do agronegócio, com a transposição do rio. O governo vê na atitude do bispo uma chantagem pessoal, algo de quem está lutando em causa própria. Ao mesmo tempo, enfatiza que o projeto visa o atendimento de doze milhões de pessoas que não recebem águas do rio São Francisco. Disposto a levar a obra até o fim coloca a situação na base do, ou oito ou oitenta. Ou a vida de Dom Cappio ou a vida de doze milhões de pessoas do semi-árido. A história de vida e as ações de Dom Cappio não deixam dúvidas de que lado ele está. Sua opção preferencial pelos pobres se encontra acima de qualquer suspeita e nada evidencia de que ele seja um megalomaniaco ou que tenha complexo narcísico. Entretanto, o governo busca transparecer à opinião pública que somente ele está do lado dos pobres e que os movimentos e pastorais sociais, o bispo junto, estão contra. A desconfiança e os questionamentos pesam sobre se a transposição fará com que a água chegue aos verdadeiros destinatários: a população ribeirinha e indígena do semi-árido. Ninguém nega que a situação fugitiva da seca exige uma tomada de posição. A todos a água é bem vinda. No entanto, situações anteriores dão respaldo às dúvidas. Quem serão os beneficiados? Os fazendeiros ou os pobres? Em projetos anteriores os pobres ficaram com a promessa, e os fazendeiros com os recursos. Creio ser este o verdadeiro nó da questão. À pergunta: Quem está manuseando a batuta neste concerto? O governo não responde. O certo é que o conflito está longe de um consenso. O primeiro impasse, que culminou com a primeira greve de fome de Dom Cappio durante 11 dias, deixou antever que o compromisso não fora assumido satisfatoriamente pelas duas partes. Recordo que acertada a negociação, ainda no local onde se encontravam Dom Cappio e o Ministro Jacques Vagner, ficou um clima de indefinição no ar. Dom Cappio saiu afirmando que haviam fechado um acordo, o Ministro saiu transparecendo que não. Ao ser indagado desta indefinição do Ministro, Dom Cappio ficou perplexo. Em seu rosto a sensação de que fora dito uma coisa para ele e outra para os repórteres. Passados dois anos, este clima de indefinição volta agora concretizado na segunda greve de fome do bispo Dom Cappio. Da parte do governo estudos evidenciam as razões pelas quais a obra deve ser levada avante. Opinião contrária tem as pastorais e movimentos sociais, com

uma proposta mais integradora entre o ser humano e a natureza. Governos anteriores se pautaram pela construção de obras faraônicas sem as devidas análises quanto aos impactos ambientais. E todos afirmaram que os estudos preliminares foram devidamente realizados e as partes interessadas ouvidas. O que não ocorreu de verdade. Com este governo a coisa não está sendo diferente. A população indígena e ribeirinha está sendo relegada ao silêncio e ao meio ambiente não se está dando a devida atenção. Quem está com a razão? De um lado o governo prova ser a transposição do rio São Francisco a solução para os pobres do semi-árido e do outro às pastorais e movimentos sociais compartilham de um projeto em harmonia com a natureza e com a participação de toda a população. O mais sensato não é enveredar para uma queda de braço com fins imprevisíveis. A sensatez está em o governo se pautar pela legitimidade de governar para o povo e com o consentimento do povo. A exemplo do "orçamento participativo", onde o povo é quem decide o que quer e para onde serão destinados os recursos. Para isto o povo precisa ser ouvido, o que não está acontecendo. Os movimentos e pastorais sociais, que são legitimamente as vozes do povo, não estão sendo respeitados em sua solicitação. Sem esta legitimidade vinda do povo organizado, as ações do governo deslizam para o autoritarismo e a arbitrariedade. A opinião pública fica com a impressão de que as populações indígenas e ribeirinhas serão às grandes beneficiadas, quando na verdade serão às grandes corporações - agronegócio e construtoras - quem mais uma vez lucrarão com este mega-empreendimento. A título de comparação, não devemos nos esquecer o que está acontecendo com a tão propalada reforma agrária, engavetada até então, onde os menos ouvidos são os camponeses. A proposta de agricultura familiar, que eles têm para apresentar não consegue atrair a atenção do governo. Este se encontra enfeitiçado pelo "canto de sereia" do agronegócio e do etanol, as novas vedetes do sistema neoliberal. O mesmo acontecendo com o Programa Fome Zero, que enveredou pela esteira do Programa Bolsa Família. Se o governo afirma que os ribeirinhos e os indígenas são os grandes beneficiados neste projeto, então por que não deixar com eles a palavra. Por que não ouvir dos ribeirinhos o que eles têm para falar sobre os lugares para onde estão sendo levados, uma vez que muitos terão que deixar suas casas? Por que não ouvir os indígenas falarem de sua nova reserva, visto que a atual terá que ser desapropriada? Por que não perguntar ao povo ribeirinho e indígena se eles tem realmente esperança de a água chegue até suas casas? Ouçamos os pobres.* Missionário. Atua na Pastoral do Povo da Rua - Osasco/ SP e nos "Acampamentos" e "Assentamentos" do MST - Região Grande São PauloFonte: Adital, 03 de dezembro de 2007